

POLÍTICA E CULTURA. CONSTANTINO E O PODER DA IMAGEM

Politics and Culture. Constantine and the Power of the Image

Claudio Umpierre Carlan*

RESUMO

Esse texto procura esclarecer a ascensão de Constantino, considerado por muitos como herdeiro da Tetraquia. Analisamos as questões políticas relativas ao mundo romano durante o período. Enfatiza-se, nessa discussão, a importância do uso de uma variedade de fontes: iconográficas, arqueológicas e textuais. Usando como fonte iconográfica a coleção numismática do acervo do Museu Histórico Nacional/RJ, utilizamos a imagem como uma fonte de propaganda, legitimando o poder imperial.

Palavras-chave: moeda; Império Romano; antiguidade tardia; iconografia.

ABSTRACT

The paper begins aims at studying the Rome History just before Constantine ruled the Empire, considering that Constantine is considered as a direct heir of his four predecessors. The main source is the coins issued by Tetraquia and Constantine, both collections stored at the National Historical Museum at Rio de Janeiro, Brazil. The paper emphasizes the importance of using a variety of historical sources, such as iconographic, archaeological, and art historical.

Key-words: coins, Roman Empire, Late antiquity, iconography.

* Unifal/MG.

Introdução

Durante o governo de Diocleciano, tem início um dos programas de reformas mais importantes da História Romana, com o advento da restauração do Império. O Estado foi transformado em uma monarquia absoluta, em que o imperador possuía a autoridade máxima, baseada na escravidão, na servidão dos camponeses livres, na burocracia estatal e no exército. Como modelo, Diocleciano copiou as monarquias orientais, nas quais tudo o que cercava o governante era considerado sagrado¹.

No ano de 286, Diocleciano inicia uma série de reformas que, por algum tempo, restauram a ordem. Inicialmente é instalada uma *diarquia* (governo de dois) ao lado de Maximiano (285/286-305), amigo pessoal e colega de armas.

Segundo Ward-Perkins, esse sistema de diarquia é ampliado para *tetrarquia*, na tentativa de evitar futuras revoltas (WARD-PERKINS, 2007, p. 17). Para isso, Diocleciano escolhe elementos da mesma origem e camada social: Galério (305-311), seu adjunto, guardara gado nos Cárpatos; Maximiano, antigo colega de armas; Constâncio Cloro, ajudante de armas de Maximiano. Eles e seus sucessores escolheram auxiliares de passado idêntico (WARD-PERKINS, 2007, p. 20).

A ideia original de Diocleciano partia do princípio de que o Império era muito grande para uma só pessoa governar. Então, ele teve o bom senso de dividir o mundo romano entre pessoas de sua confiança, criando, assim, a tetrarquia (DEPOYROT, 1987, p. 48). Nessa mesma ideia, achava que ninguém podia ficar eternamente no poder. Então, criou meios para que o seu governo e de Maximiano tivesse um fim. Assim, no sistema da Tetrarquia, os imperadores principais, *Augusti*, só poderiam governar durante 20 anos. Ao término desse tempo, o poder era passado aos seus auxiliares, os *Césares*. Esses, por sua vez, passariam à função de *Augustus* e escolheriam outros dois *Césares* (CARLAN, 2007, p. 54).

1 As monarquias orientais mais famosas são as do Egito (Faraó), Mesopotâmia (*Patesi*) e Pérsia (*Xá*). Nesses reinos, o rei pode ser considerado um deus ou a reencarnação do deus, caso do *Faraó*, ou simplesmente um representante do deus na Terra (sacerdote), como *Patesi* na região da Mesopotâmia ou o *Xá* da Pérsia. Os imperadores romanos vão copiar o modelo persa. Mas, apesar disto, a maioria dos imperadores são coroados Faraó do Egito (comum desde a conquista do Egito no século I a.C.). O último Faraó oficial do Egito foi Juliano II, imperador romano de 361 a 363).

O grande problema criado por essa ordem de sucessão era a situação dos filhos, legítimos ou não, dos governantes. Constantino, filho de Constâncio Cloro e Helena (mais tarde Santa Helena), e Maxêncio (filho de Maximiano) não aceitaram serem afastados do poder. O próprio Maximiano não aceitou o seu afastamento, retornando, em 306, ao cenário político.

Constâncio Cloro caiu enfermo durante uma expedição contra os *pictos* na Calcedônia, morrendo no ano de 306. Constantino se encontrava ao seu lado em *Eboracum* (atual York). Seu general, Croco, de origem germânica, e as tropas leais a seu pai proclamaram-no imperador. Simultaneamente, o *César* ocidental, Severo II, era proclamado *augustus* por Galério. Nesse mesmo ano, em Roma, Maxêncio era também proclamado imperador e Maximiano retornava à vida pública, reclamando o título imperial. O primeiro a cair foi Severo, traído por suas tropas, enquanto Constantino e Maximiano² realizaram uma aliança. Ao final de 307, havia quatro *augusti* – Constantino³, Maximiano, Galério, Maxêncio – e um *César*, Maximino Daia, iniciando uma verdadeira guerra civil.

Ascensão de Constantino

Depois da morte de Galério, em 311, quatro imperadores disputam o poder: Constantino, Maximino Daia, Maxêncio e Licínio. A guerra entre eles torna-se inevitável. Licínio e Maximino se enfrentavam no Oriente, enquanto Constantino e Maxêncio, no Ocidente. Em um primeiro momento, Licínio e Maximino fizeram um acordo. Em 313, Licínio casa-se com a meia-irmã de Constantino, Flávia Júlia Constantina, com quem teve um filho, Licínio

2 Severo II, ou Severo Augusto, governou apenas dois anos, de 305 a 307. Maximiano, capturado pelo seu genro, Constantino, foi *convidado* a cometer o suicídio. Escolheu o enforcamento. Licínio, cunhado de Constantino, derrotou Maximino Daia no Oriente, assassinando-o logo depois. Com a vitória de Constantino e Licínio, o Império foi dividido entre os dois, logo depois da assinatura do Édito de Milão (313), dando liberdade de culto a cristãos e pagãos.

3 Constantino foi criado em Nicomédia, na corte de Diocleciano e Galério, mais como refém, evitando assim uma tentativa de revolta de Constâncio Cloro, do que como convidado. Entrou muito jovem para o exército, recebendo o respeito dos colegas de armas. Conseguiu permissão de Diocleciano para sair de Nicomédia, encontrando com o pai na Bretanha, tendo sido imediatamente aceito como comandante militar.

II. Por razões políticas, volta-se contra Maximino Daia, derrotando-o no mesmo ano. Maximino foi condenado à morte. Assim sendo, o Oriente voltou a ter um único senhor (EUSÉBIO DE CESAREIA, 1994, p. 11).

Com a derrota e a morte de Maxêncio em 312, na ponte Mílvia, uma nova aliança é estabelecida entre Constantino e Licínio. Após alguns enfrentamentos iniciais, firmaram a paz em Sérдика, no ano de 317. Durante esse período, ambos nomearam novos *césares*, segundo as suas conveniências, membros da sua família, independentemente da idade.

Reunidos em Milão, em 313, Constantino e Licínio assinam o Édito de Milão que, em resumo, declarava que o Império Romano seria neutro em relação ao credo religioso, acabando oficialmente com toda perseguição sancionada oficialmente, especialmente ao Cristianismo. A aplicação do Édito fez devolver os lugares de culto e as propriedades que tinham sido confiscadas dos cristãos e vendidas em praça pública: "... o mesmo será devolvido aos cristãos sem pagamento de qualquer indenização e sem qualquer fraude ou decepção..." (*Codex Justinianus*, lib. 13, it. 12, par. 2). Deu ao Cristianismo (e a todas as outras religiões) o estatuto de legitimidade, comparável com o paganismo e, com efeito, desestabeleceu o paganismo como a religião oficial do império romano e dos seus exércitos.

Na tentativa de consolidar a totalidade do Império Romano sob o seu domínio, Licínio em breve armou seu exército contra Constantino I. Como parte do seu esforço de ganhar a lealdade dos seus soldados, Licínio dispensou o exército e o serviço civil da política de tolerância do Édito de Milão, permitindo-lhes a expulsão dos cristãos. Alguns cristãos perderam, conseqüentemente, as propriedades e a vida. Em resumo, Licínio torna-se um perseguidor dos cristãos. Depois de novos enfrentamentos, em 324, Constantino reunifica o império.

Constantino, além de mandar executar Licínio, seu cunhado, e o filho desse, Licínio II, em 325, depois de prometer publicamente não fazê-lo (Eusébio de Cesareia cita em seus escritos que Licínio estava à frente de uma série de intrigas), meses depois mandou executar seu filho mais velho, Crispo (seu *César* e vencedor de Licínio na batalha naval de Crisópolis (324), o que permitiu a Constantino o acesso ao Bósforo e às províncias orientais de Licínio.

Durante todo o seu reinado, dedicou-se a reformar profundamente o Império. Modificou a composição do Senado, cujo conselho estava

composto por 600 membros, aumentando-o para 2.000 magistrados. Outra inovação foi a reforma da prefeitura do pretório: os comandantes da guarda imperial se converteram em altos funcionários provinciais, dotados de amplos poderes civis, responsáveis por manter a ordem pública e as finanças (BASTIEN, 1969, p. 104).

Apesar de não retornar à antiga forma de governo de que seu pai fez parte, Constantino limitou-se, dois anos antes de sua morte, a partilhar o governo dos territórios em cinco partes: três, as maiores, seriam entregues a seus três filhos; as outras duas, a três de seus sobrinhos. Ou seja: couberam ao filho mais velho, Constantino II, a Bretanha, a Gália e a Espanha; Constâncio II ficou com a rica parte oriental do Império que, desde 333, governava como César em Antioquia; o mais jovem, Constante, ficou com a Itália, a África e a Panônia. Os primos Flávio Júlio, Dalmácio e Anibaliano ficaram, respectivamente, com os Bálcãs e a Ásia Menor⁴ (REMONDON, 1973, p. 198).

No campo econômico, com o intuito de controlar a inflação, Constantino criou uma nova moeda de ouro, o *solidus*, diminuindo o peso do aureus (antiga moeda de ouro). Essa moeda teve a primeira cunhagem em 310 e conseguiu estabilizar rapidamente o sistema monetário (DEYPOYROT, 1987, p. 91). O *solidus* circulava só entre a elite político-econômica e não entre as classes mais baixas, que continuavam utilizando moedas de bronze, cobre ou prata que, eventualmente, sofriam as devidas desvalorizações.

Em 324, é cunhado o *miliarensis*, de prata, que poderia chegar ao valor de 1/12 do *solidus aureus*. Quanto à massa em circulação, é constituída por espécies de cobre e bronze, de peso variável (BRUMM, 1991, p. 51).

Constantino apoderou-se dos tesouros do antigo rival, Licínio, mas, dois anos mais tarde, a maior parte das casas monetárias, fundadas por Diocleciano, era fechada. Em 332, graças ao confisco dos bens dos templos pagãos, foi possível reabri-las (BOUYON, 1998, p. 75).

Nesse sentido, a moeda tem como função reforçar a documentação textual. A peça em si não apenas pode identificar, ou comprovar, a data de um certo governo ou de uma determinada fonte. Em suas imagens, estão inseridos um discurso político, legitimador, visando apresentar aos go-

4 Após a sua morte, ocorreu o massacre dos membros da família. Por razões sucessórias e por causa da pouca idade, foram poupados os irmãos Galo (futuro César de Constâncio II) e Juliano (César e sucessor de Constâncio II).

vernados do vasto Império Romano atitudes e feitos de seus governantes. Segundo Roldán Hervás:

[...] é o terreno das ideias políticas e a propaganda onde é mais fecundo o serviço da Numismática à História... [Devemos] refletir sobre a significação da moeda no mundo antigo, num mundo no qual não existiam meios de informação comparáveis aos nossos [...] o analfabetismo se estendia a numerosas camadas da população. Na moeda podemos contemplar a efigie do soberano, enquanto os reversos mostram suas virtudes e a prosperidade da época: *Felicitas Temporum, Restitutio Orbis, Victoria e Pax Augusta* [...] são slogans, propaganda (ROLDÁN HERVÁS, 1975, p. 166).

Essa correspondência entre texto e imagem é necessária para que a interpretação iconográfica seja verdadeiramente aceitável. A iconografia, aliada aos textos, no passado chamada de “documentação auxiliar”, desempenha uma função central para os fins da interpretação (GUINZBURG, 1989, p. 62).

As cunhagens constantinianas: representações do poder

PRIMEIRO EXEMPLO



Foto: Cláudio Umpierre Carlan, coleção Numismática do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, julho de 2005.

Denominação: *AES*

Ano / Local da cunhagem: entre os anos de 347-348, em Antioquia

Anverso: DV CONSTANTINVS PF AVGG

Reverso: SEM LEGENDAS / SMAN

Descrição e Decodificação da Iconografia

Busto à esquerda, com véu, do Imperador Constantino (285-337). O véu indica que o Imperador está morto, simboliza a passagem da vida natural para o mundo sobrenatural. Os olhos fixos e abertos fortalecem essa representação. No reverso, o próprio Constantino conduzindo uma quadriga (quatro cavalos), em marcha, encimado por um pássaro, provavelmente o Espírito Santo. Uma mão divina, vinda do Sol, apressa-se a recebê-lo. No exergo ou linha de terra, comum nas cunhagens romanas durante a Tetrarquia (285-305), identifica-se a casa da moeda na qual essa peça foi cunhada. Segunda casa monetária de Antioquia, décima primeira oficina.

Moeda de bronze, bem conservada, diâmetro de 1,41 mm, peso de 1,5 g, alto reverso 5 horas.

Existem 25 variantes dessa peça no Acervo do Museu Histórico Nacional, amoedadas em casas de cunhagens diferentes. Segundo Cohen (COHEN, 1891, v. 7, p. 318), a legenda *DIVO CONSTANTINO AVG* é rara e difícil de ser encontrada. *DV* é mais comum. Na coleção do Museu, a moeda de número 57 (referente às 380 da coleção constantiniana), vem com a legenda *DIVO* no anverso.

O *AES*, pequena moeda de bronze, do tamanho das nossas de 10 centavos, foi a primeira forma monetária em Roma, para servir de base para as trocas, compras ou vendas. O *aes grave*, ou bronze a peso, passou a significar moeda ou dinheiro, cunhada desde o período republicano para pagamento dos legionários.

Nessa representação, analisamos a união de dois mundos: o cristão e o não cristão (pagão). Constantino era adepto ao culto solar (*Solis Invictus*), de tendência monoteísta, herança de seu pai Constâncio Cloro, membro da primeira Tetrarquia. Ele se considerava inspirado por um Deus único, mas mal definido, e mantinha as funções de *pontifex maximus* e mestre do paganismo. O culto a Apolo era identificado nesse contexto. A quadriga

representa tanto o “meio de locomoção” do deus – Apolo viajava no seu carro solar – quanto a elite romana. O Espírito Santo abençoa o Imperador, que está sendo lançado aos céus, amparado por uma mão divina.

Além de ser considerado o primeiro Imperador cristão pela Igreja Católica Romana, Constantino foi canonizado pela Igreja Ortodoxa Grega. Sua mãe, Helena (250-330), é considerada santa nas duas Igrejas.

A quadriga relacionada com a elite é comum na civilização mediterrânea. A lenda de Enomau e sua filha Hipodâmia era muito divulgada desde o Período Minóico (2700-1450 a.C.). Para poder casar com a filha do rei Enomau, Hipodâmia, precisavam derrotá-lo em uma corrida de quadrigas. O perdedor era condenado à morte. Pélope, com auxílio da filha do rei, compra a cumplicidade do escudeiro real, Murtilo. Em plena corrida, o carro de Enomau quebra o eixo, por sabotagem. Pélope triunfa. Segundo Vernant, essa narrativa de habilitação da realeza coloca o quadriga sob a proteção de Poseidon (VERNANT, 2004, p. 17).

SEGUNDO EXEMPLO



Foto: Cláudio Umpierre Carlan, coleção Numismática do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, julho de 2005.

Denominação: *AES*

Ano / Local da cunhagem: entre os anos de 324 e 325, na cidade de Heracleia.

Anverso: CONSTANTINVS AVG

Reverso: DN CONSTANTINVS MAX AVG / SMHA

Descrição e Decodificação da Iconografia

Anverso ou cara, busto só (nu) de Constantino I, à esquerda. Na legenda, a alusão ao Imperador como *Augustus* (CONSTANTINVS AVG). No reverso, os votos de 20 anos de governo, circundados por uma coroa de louros.

Essas moedas são identificadas como laudatórias ou votivas, cunhadas pela primeira vez durante a Tetrarquia pelo *Augustus* do Ocidente Maximiano (250-310) e tinham por função passar uma mensagem de louvor e compromisso entre governante e governados. Constantino pretendia comemorar os seus 20 anos de governo (*vicennalia*) cunhando peças semelhantes às da tetrarquia (da qual se achava o legítimo sucessor). A estrela existente abaixo da inscrição VOT XX remete aos tempos de Otávio Augusto (ele mesmo legítimo sucessor de Júlio César, assassinado no Senado). Otávio teria visto uma estrela cadente ou cometa cruzando os céus. Ele interpretou como uma mensagem de Júlio César, reconhecendo Augusto como seu sucessor, legitimando dessa forma o poder imperial. Essa amoedação data de 324-325, cunhada na segunda casa monetária de Heracleia (Macedônia).

Considerações finais

Com a morte de Constantino em 337 – seu corpo foi levado para Constantinopla e enterrado na Igreja dos Santos Apóstolos –, teve início um período de lutas internas pelo poder. Os numerosos meios-irmãos e sobrinhos de Constantino foram assassinados, numa tentativa de manter uma sucessão dinástica ordenada, livre da disputa entre os diversos ramos da família. Essa ideia era defendida por Helena, mãe de Constantino. Provavelmente, Constâncio II, o homem-forte do novo regime, tenha ordenado o massacre. Assim, o Império ficou dividido entre os três filhos de Constantino e Fausta: Constantino II (317-340), Constante (320-350) e Constâncio II (317-361).

Como a morte dos seus irmãos, Constâncio II reune o Império Romano, sendo responsável pelo reinado mais longo do século IV, após Constantino (SILVA; MENDES, 2006, p. 197).

Os problemas administrativos e a questão sucessória levam Constâncio a nomear seu primo, Constâncio Galo, como *César*. A instabilidade de Galo e as intrigas palacianas levam Galo a ser executado sob a acusação de traição. Seu irmão, Juliano, é chamado à presença de Constâncio em Mediolanum (Milão). Em 355, foi nomeado César da parte ocidental do império e casou com a irmã do imperador, Helena. Nos anos seguintes, lutou contra as tribos germânicas que tentavam entrar em território do império. Nesta luta, distinguiu-se como estrategista, administrador e legislador. Recuperou Colonia Agripina (Colônia, Alemanha) em 356, derrotando os alamanos (em Argentoratum, na Batalha de Estrasburgo, França/Alemanha), assegurando a fronteira do Reno por outros cinquenta anos.

Em 360, Constâncio lhe ordenou transferir suas tropas da Gália, comandadas por Juliano, para o exército do leste. Tanto Juliano quanto seus soldados não gostaram da atitude de Constâncio, o que provocou uma insurreição que fez com que as tropas da Gália proclamassem Juliano *Augustus* e novo imperador. Não houve uma luta propriamente dita entre Constâncio e Juliano. Constâncio II morreu de peste (peste bubônica, muito comum na época), quando se deslocava para a Gália. As próprias legiões de Constâncio reconheceram Juliano como único imperador (CARVALHO, 2010, p. 16).

Como profundo conhecedor da lei, Juliano elaborou um corpo legislativo vindo restabelecer a posição dos senadores municipais e recuperar o Estado lastimoso em que se encontravam as cúrias. É bom lembrar que a aplicação de suas leis ocorreu em todo o território romano, ocidental ou oriental. Influenciado pelos fundamentos aristotélicos sobre a lei, tentou associar essa teoria com a sua prática legislativa.

Durante a luta contra os persas sassânidas, o imperador sofreu um ferimento mortal por uma flecha ou lança. Libânio (314-394), filósofo pagão do século IV, escreveu que Juliano foi assassinado por um soldado cristão de seu próprio exército, embora essa acusação não fosse corroborada por Amiano Marcelino (325/330-391) (CARVALHO, 2010, p. 43) nem por nenhum outro historiador contemporâneo. Era o fim da Dinastia Constantiniana.

Agradecimento

Agradecemos ao conselho editorial da *Revista História: Questões e Debates*, em particular à amiga e colega Renata Senna Garraffoni, pela oportunidade de trocarmos ideias, e a Pedro Paulo Abreu Funari, David Hernández de La Fuente, Ciro Flamarion Santana Cardoso, Maria Beatriz Borba Florenzano, Vera Lúcia Tosttes, Rejane Maria Vieira, Eliane Rose Nery e Margarida Maria de Carvalho.

Mencionamos, ainda, o apoio institucional da Universidad Carlos III, de Madrid, do Instituto de Estudios Clásicos Lucio Cneo Séneca, da mesma instituição, da Fundación Carolina (Espanha), da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG) e do Grupo de Pesquisa *Península Ibérica: da Antiguidade Tardia à Reconquista*. A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

Fontes numismáticas

Moedas de Bronze do Imperador Constantino I, o grande. Acervo do Museu Histórico Nacional/Rio de Janeiro; Medalheiro de Número 3; Lotes Números 14 e 17.

Fontes impressas

AMIANO MARCELINO. *Historia (Rerum Gestarum Libri)*. Edición de Maria Luisa Harto Trujillo. Madrid: Akal, 2002.

CORPUS JURIS CIVILIS (CODEX) DN JUSTINIANI SACRATISS. Libri XII. Basilae (Suíça): *Apud*. Jo. Hervaeum, 1541.

EUSÉBIO DE CESAREIA. *Vida de Constantino*. Traducción Martin Gurruchaga. Madrid: Libreria Aurea Clásicos, 1994.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Relatórios anuais de 1934, 1960, 1966 e 1967. Texto datilografado.

Dicionários/Enciclopédias/Catálogos/Anais

CAYON, Juan R. *Compendio de las Monedas del Imperio Romano*. v. 2. Madrid: Imprenta Fareso, 1985.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 8. ed. Trad. Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim e Lúcia Melim. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

COHEN, Henry. *Description Historique des Monnaies.Frappés Sous L'Empire Romain*. Communément Appelées Médailles Impériales. Deuxième Edition. Tome Septième e Huitième. Paris: Rollim e Feuardent, Éditeurs, 1880-1892.

GREIMAS, Algirdas J.; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. Tradução de Alceu D. Lima, Diana L. P. de Barros, Eduardo P. Cañizal, Edward Lopes, Ignacio A. Silva, Maria José C. Sembrá e Tiekko Y. Miyazaki. São Paulo: Cultrix, 1979.

JUNGE, Ewald. *The Seaby Coin Encyclopaedia*. Second impression with revisions. London: British Library, 1994.

THE ROMAN IMPERIAL COINAGE. Edited by Harold Mattingly, C.H.V. Sutherland, R.A.G. Carson. V. VI, VII, VIII. London: Spink and Sons Ltd., 1983.

Referências

ALFARO ASINS, Carmen. Tesoro de Sólido Hallado en Arcos de la Frontera (Cadis). In: *Acta ad Archaeologiam et Artium Historiam Pertinentia*. Volumen XX. Roma: Bardi Editore, 2006.

BABELON, Jean. Numismatique. In: SAMARAN, Charles (Org.). *L'Histoire et ses Méthodes*. Encyclopédie de la Pléiade. Paris: Editions Gallimard, 1961.

BASTIEN, Pierre; HUVELIN, Helene. *Trouvaille de folles de la periode constantienne (307-317)*. Wetteren: Editions Numismatique Romaine, 1969.

BOUYON, B. *Études de Gravure Monétaire*. De l'Italie grecque archaïque à l'Europe du 17e siècle. Paris: Editions Moneta, 1998.

BRUMM, Patrick. *Studies in Constantinian Numismatics*. Papers from 1954 to 1988. Acta Instituti Romani Finlandiae. v. 12. Rome: Illus, 1991.

CARLAN, Cláudio Umpierre. Poder, imagem e arqueologia: a iconografia monetária e o exército romano. In: *Revista História da Arte e Arqueologia*, n. 6. Campinas: UNICAMP, agosto/2007, p. 7-14.

CARVALHO, Margarida Maria de. *Paideia e Retórica no Século IV d.C. A construção da imagem do Imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno*. São Paulo: Annablume, 2010.

CHARTIE, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DEPEYROT, G. *Economie et Numismatique (284-491)*. Paris: Errance, 1987.

FLOR, Fernando R. de La. *Emblemas lectures de la imagen simbólica*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. Numismática e História Antiga. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANTIGA, 1. *Anais...* João Pessoa, 1984.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A vida cotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____; CARLAN, Cláudio Umpierre. *Arqueologia clássica e numismática*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2007 (Textos Didáticos n. 62).

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e História*. Tradução de Federico Carotti. 1. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PASTOUREAU, Michel. *Coleurs, images, symboles. Études d'Histoire et d'Anthropologie*. Paris: Léopard d'Or, 1988.

RÉMONDON, Roger. *La Crisis del Imperio Romano*. De Marco Aurelio a Anastasio. Segunda Edición. Barcelona: Editorial Labor, 1973.

ROLDÁN HERVÁS, J. M. *Introducción a la Historia Antigua*. Madrid: Ediciones Istmo, 1975.

SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco (Org.). *Repensando o Império Romano. Perspectivas socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Tradução de Ísis Borges B. Fonseca. 14. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

WARD-PERKINS, Bryan. *La caída de Roma y el fin de la civilización*. Traducción de Manuel Cuesta y David Hernández de La Fuente. Madrid: Editorial Espasa Calpe S.A., 2007.

Recebido em 01/10/2010.

Aprovado em 24/01/2011.